

“Nós fazemos parte desse lugar” – Aspectos teóricos da migração e do migrante a uma nova forma de olhar o espaço

"We are part of that place" - Theoretical aspects of migration and migrant to a new way of looking at the space

"Somos parte desse lugar" - Aspectos teóricos de la migración y los migrantes a una nueva forma de ver el espacio

Isis do Mar Marques Martins

Mestranda do programa de Pós - Graduação em Geografia

Universidade Federal Fluminense

isis.marinha@gmail.com

Resumo

Este artigo procura tratar das multiplicidades inerentes aos espaços e sua importância como análise geográfica na trajetória, na migração e no migrante, com o olhar voltado para a análise interdisciplinar do assunto. Possui como objetivo geral compreender aspectos relativos à migração e ao migrante a partir de alguns pressupostos conceituais dentro da geografia, para entender seus processos e seus fenômenos. Como objetivo específico propõe a análise de três dessas correntes distintas no pensamento geográfico: a migração e o migrante como força de trabalho; o migrante como trunfo em um jogo de relações de poder, e o migrante inserido em uma série de discursos hegemônicos que engendram territorialidades impostas a ele, sem considerar que sua territorialidade existe e, seus desejos ao movimento não são estabelecidos alheamente, mas sim inerentes ao seu ser. Produzir geografias é produzir múltiplos espaços em encontro com o novo, na possibilidade de construir identidades efetivamente políticas, um espaço de todos e para todos, naquilo que realmente podemos chamar de cidadania.

Palavras-chave: Espaço, migração, multiplicidade, território

Abstract

This article seeks to address the multiplicity inherent in space and its importance as a geographical analysis in the path, migration and migrants, with their eyes focused on the interdisciplinary analysis of the subject. Has as general objective to understand aspects of migration and migrants from some conceptual assumptions within geography, to understand its processes and its phenomena. The specific goal proposes the analysis of three of these currents in different geographical thought: how migration and migrant labor force, the migrant as a pawn in a game of power relations, and the migrant entered into a series of hegemonic discourses that engender territoriality imposed on him, without considering that their territoriality exists and wishes to move are not set others, but inherent in his being. Produce geographies is to produce multiple spaces in a meeting with the new, the possibility of constructing political identities effectively, a space for everyone and for all, what really can be called citizenship.

Keywords: Space, migration, multiplicity, territory

Resumen

Este artículo trata de abordar la multiplicidad inherente en el espacio y su importancia como un análisis geográfico en el camino, la migración y los migrantes, con sus ojos se centraron en el análisis interdisciplinario de la materia. Tiene como objetivo general para entender aspectos de la migración y los migrantes de algunos supuestos conceptuales dentro de la geografía, para comprender sus procesos y sus fenómenos. El objetivo específico se propone el análisis de tres de estas corrientes de pensamiento geográfico diferente: cómo la migración y la mano de obra migrante, los migrantes como un peón en un juego de relaciones de poder, como a los migrantes entró en una serie de discursos hegemónicos que la territorialidad generar impuestas a él, sin tener en cuenta que su territorialidad existe y desea mover no se han establecido los demás, sino inherente a su ser. Producir geografías es producir espacios múltiples en una reunión con el nuevo, la posibilidad de construir identidades políticas efectivamente, un espacio para todos y para todos, lo que realmente se puede llamar la ciudadanía.

Palabras claves: espacio, la migración, la multiplicidad, el territorio

Introdução

Entender os processos migratórios no Brasil é compreender a formação e, em grande medida, seus principais aspectos sociais, políticos e culturais ao encontro de produções constantes entre aquilo que somos e vivemos e aquilo que fazemos no nosso espaço. Um devir, um processo intrínseco que envolve a sociedade e a natureza, o *modus vivendi* e o *modus operandi*.

É notório o papel das metrópoles na transformação e nas relações sociais e de trabalho no país. Seu espaço, mais que reformado, transformado, deslocado, é resultado em constante mutação de um “movimento social participativo”, isto é, o movimento de construção do espaço (SANTOS, 1997).

O poder nacional em nome do Estado, a partir do início do século XX, propulsionou grandes deslocamentos para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. O fluxo migratório nordeste-sudeste transformou as relações com a cidade. Muitas dessas relações, no decorrer do século XX e início do século XXI, ainda ocorrem, principalmente nas regiões metropolitanas¹ do país. Grande parte dos imigrantes¹ reside

¹ Em diálogos com pesquisadores na área, o entendimento mais corrente é que toda mobilidade espacial é migração, sendo que as internacionais seriam entendidas como emigração (o movimento de saída) e imigração (o movimento de chegada). Mas, conforme veremos adiante, em discussões feitas por Abdelmalek Sayad, dentre outros, em toda perspectiva migratória não se deve deixar de lado a partida e o lugar deixado, e a chegada e o lugar que agora está, enfim, a emigração e a imigração, já que os dois movimentos são inerentes e fazem parte do devir político e social que fazem parte das questões que podemos destacar acerca da reflexão sobre migração. É pertinente a contribuição de Beaujeu-Garnier

no lugar de chegada e trabalham em subempregos, tais como construção civil e em serviços domésticos gerais, e residem em áreas ora de difícil acesso, ora de “periferização” de maior parte da sociedade.

Na cidade do Rio de Janeiro, mais de um milhão e cem mil pessoas vivem em áreas consideradas como residências aglomeradas subnormais, conhecidas em particular como favelas. Consideradas de grande risco físico-estrutural e social (no tocante às hierarquias que se constroem em lugares de difícil acesso ou de acesso dificultado), as favelas instigam, hoje, no Rio de Janeiro, uma série de discussões relevantes à geografia e aos estudos que analisam os processos de segregação e apropriação do espaço urbano.

Este trabalho procura analisar/desvendar a migração e, portanto, o migrante em suas espacializações múltiplas, compreendendo o movimento migratório como parte do movimento inerente no espaço e no tempo. Busca-se assim entender que a migração é intrínseca a *análisis* geográfica. Na tentativa de entender a multiplicidade desses fenômenos e a possibilidade de analisarmos o movimento de uma forma diferente da usual, a relacionar a necessidade do migrar como parte do desejo inerente ao ser, ao espaço, e, portanto, ao encontro daquilo que sempre se dará pelo desconhecido, dialeticamente, transformando-o em diálogo que lançará bases para a criação de um lugar, de uma identidade.

Aspectos gerais da análise migratória

Não é possível entender o migrante sem saber o que é o migrante e o que é a migração. Alguns dizem que é um fenômeno, outros dizem que a palavra fenômeno configura efemeridade e instabilidade. Outros vão mais além e provocam, dizendo que toda migração se estabelece no seio de um processo espacial, horizontal, cabendo a todos os seres vivos, de alguma forma, migrar para algum lugar.

Nas grandes metrópoles o migrante é visto a partir de sua utilidade para o processo de interação espacial, mas de forma pejorativa e subjugada, preconcebida através das brincadeiras *sem compromisso*, das palavras de boa vizinhança que, porém, escamoteiam referências estabelecidas em relações de poder no espaço, que corroboram

(1971), que analisa as diferentes formas de pensar emigração e imigração num complexo que reflete não só a necessidade, mas o papel psicológico como causa e consequência da migração.

o discurso de uma globalização vista de forma eurocêntrica, ou, como Massey aponta uma das histórias da globalização².

Segundo Becker (1997, p. 323), “migração pode ser definida como mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre pessoas e o seu ambiente físico.” Falar de urbanização, por exemplo, requer falar do espaço em modificação e transformação para a cidade. A questão que nos coloca em pauta é que o processo de migração não é necessariamente vinculado à cidade, mas à urbanização, como ressalta Gaudemar (1977) e Singer (1980), e detona o fenômeno da mobilidade pelo trabalho (ou pela força de trabalho).

A mobilidade criada por uma ideologia da necessidade do (e pelo) trabalho

Pesquisadores salientam a importância histórica do fenômeno migratório levando em conta, como Maria Sposito (1991) aponta, a urbanização como processo onde alguns se inserem diretamente no desenvolvimento das forças produtivas, outros especializam tal força e, como ressalta Raffestin (1989, p. 52), “... as organizações, ao separarem a energia da informação, no nível do trabalho, realizam a primeira fissura social...”.

Um dos principais pesquisadores, francês, autor do livro traduzido em português como *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*, Jean Paul de Gaudemar, é um dos maiores defensores da tese segundo a qual a mobilidade do trabalho foi alicerçada pelo capital para suprir suas necessidades de lucro e assim dinamizá-lo conforme a necessidade do capitalista em diferença ao consumidor e ao trabalhador:

Eis então um primeiro elemento que indica a conformação do trabalho como mercadoria implica a sua mobilidade (...) é o complemento indispensável de toda a boa proporcionalidade na divisão do trabalho (...) ela é portanto mobilidade de capitais através do espaço e do tempo econômicos (...) Sendo mobilidade dos seus trabalhadores ela é mobilidade dos seus serviços, mantendo-se os próprios homens ‘imóveis’ e conduz assim às formas quotidianas da divisão e organização do trabalho, à circulação dos trabalhadores no interior de um mesmo espaço de trabalho. (GAUDEMAR: 1977, p. 114)

² MASSEY, D. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. **Revista Expressões Geográficas**. Florianópolis: n. 3, 2007, p. 142-155.

Trata-se, portanto, da migração por sua necessidade ao trabalho como forma de satisfazer as necessidades do capitalismo. Quando Gaudemar diz que há mobilidade através do espaço (e do tempo) econômico, mas que essa mobilidade é dos serviços e os homens ficam em um mesmo espaço “imóvel”, ele quer dizer que, embora o trabalhador migre, a necessidade inerente ao capital e ao trabalho é que será móvel, e o trabalhador, embora migrante, estará sempre em um espaço de subserviência e subalternidade.

O autor trata de conceitos econômicos clássicos e neoclássicos para ratificar sua base essencialmente marxista, bem como as teses e as fórmulas criadas para determinar fluxos migratórios a partir de conceitos positivistas e neopositivistas que, segundo ele, deixam ainda mais confuso a inserção espacial da mobilidade e o processo dentro da história do espaço do capital, bem como a inerência ao trabalho como móvel.

Outra contribuição do autor à reflexão geográfica está no papel crítico em relação ao que tais fórmulas pretensamente explicativas acerca da migração as configuram em um papel de “equilíbrio de forças”, constituindo erroneamente uma perspectiva teórica, resultante da conformação das relações de trabalho alienativas, conforme Becker (1997) ressalta:

A partir dos anos 40, os estudos passaram a considerar a equação migração-distância [...] a migração representava agora o resultado de uma equação matemática: eram somados os fatores de evasão e atração, mediados pela distância, esta considerada o ‘obstáculo interveniente’ a ser vencido. (BECKER: 1997, p. 327)

Gaudemar atribui os equívocos da demografia e da economia à visão dos pesquisadores (sejam eles clássicos ou neoclássicos) servis às elites e para o poder da aristocracia vigente, constituindo assim uma ciência e um olhar da migração para a necessidade dessa migração forçada, que nada tem de mobilidade social. Mas o autor, ao mesmo tempo em que faz a crítica às formulações do equilíbrio, salienta que esse equilíbrio é necessário para a formação do capitalismo nos países chamados subdesenvolvidos.

O prolongamento testemunha assim concepções a-históricas da escola neoclássica: se a mobilidade do trabalho, enquanto efeito da existência econômica do trabalho como mercadoria, é importante para a realização do equilíbrio ótimo, pelo contrário ela recusa toda a forma de coexistência a longo prazo, portanto toda a forma de existência estrutural. Ela não é mais do que o lubrificante necessário à boa realização dos circuitos econômicos. Estruturalmente, não há outra mobilidade social além da que corresponde à alternância das aristocracias e das elites. (GAUDEMAR: 1977, pp. 121-122)

Gaudemar nos ajuda a entender a migração como forma crítica de ver o papel do Estado como aparato de manutenção das elites, independente dos períodos e dos métodos em que ele percorre, mas também toma a análise como forma de denúncia ao que ocorre nos estudos demográficos e também sociais no que diz respeito à migração como um fenômeno a partir da industrialização, ou até antes, no capitalismo mercantil.

Becker (1997) ressalta as principais perspectivas do pensamento de Gaudemar sobre a migração relativa à mobilidade do trabalho.

Conforme essa visão, a mobilidade do trabalho reúne duas dimensões: a espacial (horizontal) e a social (vertical). Como mobilidade espacial ou migração, pode ser considerada a capacidade da força de trabalho de conquistar vastas extensões, o espaço geoeconômico, isto é, o espaço através do qual o trabalho se expande para formar o mercado de trabalho. Entretanto, ao mesmo tempo que a força de trabalho se estende sobre o espaço, ela precisa se concentrar em pontos específicos, aqueles que forem mais úteis à produção capitalista. (BECKER: 1997, pp. 334-335).

Porém, entendemos que a mobilidade é do trabalho não pelo processo histórico e inerente do desenvolvimento do capitalismo, mas, sobretudo, pelas relações estabelecidas nas diversas formas do poder em espaços diversos. O coronelismo no Nordeste, a urbanização no Sudeste, por exemplo, denotam essa necessidade paradoxal dos Estados de espacialidade que possuem relações horizontais e verticais de poder simultaneamente, e se situam no seio do processo de migração e na constituição do migrante.

Outra percepção importante quanto aos estudos de Gaudemar é o equívoco terminológico da mobilidade tratada. Ainda, conforme Becker,

A discussão apresentada por Gaudemar foi em parte criticada por PELIANO (1990: 148) ao argumentar que aquele autor refere-se de forma genérica e simplista à mobilidade da força de trabalho como mobilidade do trabalho. Em verdade, o que tem possibilidade de se mobilizar é a força de trabalho; o trabalho é a força de trabalho em ação, donde não faria sentido falar de mobilidade do trabalho e sim de mobilidade da força de trabalho. (Idem, p. 336.)

O conceito de mobilidade do trabalho (ou da força de trabalho), embora tenha papel fundamental em estabelecer a crítica aos métodos de compreensão da migração, ainda possui lacunas e, principalmente, não oferece base para um estudo da migração na

sua reflexão geográfica, considerando a geografia um estudo da sociedade no espaço participativa nos movimentos inerentes à reprodução desse espaço.

De forma mais detalhada, Singer (1980) em seu livro *Economia Política da Urbanização*, destaca a formação da mobilidade espacial e a define a partir dos fatores de atração e expulsão, considerando a demanda por força de trabalho (e não mais o trabalho ou a força e trabalho em si) como atração (o imigrar), e fatores de mudança e/ou fatores de estagnação como expulsão (emigrar). Segundo ele:

Os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica, e em consequência aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. Os fatores de mudança provocam um fluxo maciço de emigração que tem por consequência reduzir o tamanho absoluto da população rural. Os fatores de estagnação levam à emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural, cujo tamanho absoluto se mantém estagnado ou cresce apenas vagarosamente. (SINGER: 1980, p. 38).

Compreender a migração é descobrir o fenômeno migratório como processo social, e em análise deve ser abordado como estudo de determinação de classes e variações do processo capitalista para sua ascensão. Também, a marginalização do migrante não se daria de forma generalizada, mas complementar a o que Marx (como o autor salienta) chama de exército industrial de reserva, e a possibilidade de problematizar a inclusão de parte da sociedade migrante à margem das relações sociais.

É preciso assinalar, desde já, que a 'marginalidade' é, em geral, conceituada como não integração na economia capitalista e não participação em organizações sociais e no usufruto de certos serviços urbanos (...). É sabido que o capitalismo industrial, desde sua origem, requer e, por isso, constitui reservas de capacidade produtiva e de força de trabalho, que somente são utilizadas nos momentos em que a economia se expande com maior vigor. Conviria examinar a 'marginalização' sob este ângulo antes de se saltar à conclusão de que uma parte da oferta de força de trabalho, constituída sobretudo por migrantes, simplesmente não é aproveitada pelo sistema. (Idem, p. 60).

A associação do recente fenômeno migratório a partir dos moldes capitalistas de acumulação transforma-se com o passar do tempo e reflete espaços e tempos diversos e, embora a ideologia seja sempre a da igualdade e liberdade, ocorre o inverso; mais relações hegemônicas e de aprisionamento ideológico em um espaço eminentemente

político que atua de forma hierarquizada e hierarquizadora. O autor, embora procure ser bastante didático, salienta que todas essas transformações, tal como Marx aponta, são processos sociais e, portanto, históricos e *historicizados*, culminantes pontos não de ruptura espontânea, mas sim a partir do Estado como ente de potência e razão.

A industrialização em moldes capitalistas está longe de ser um processo espontâneo, promovido exclusivamente pelo espírito de iniciativa de ‘entrepreneurs’ inovadores. Ela só se torna possível mediante arranjos institucionais que permitem, de um lado, acelerar a acumulação do capital e, do outro, encaminhar o excedente acumulável às empresas, que incorporam os novos métodos industriais de produção. (Ibidem, p. 33)

Essa construção *historicizada* reflete a influência marxista na obra, ao considerar o materialismo histórico dialético, e nos auxilia a pensar diferente da perspectiva (embora os dois utilizem as mesmas referências conceituais) de Gaudemar, mais economicista e menos realista para países como o Brasil, cuja industrialização ocorreu a partir de um processo tardio e subserviente, e, embora trate de países desenvolvidos, percebem-se lacunas das questões entre mobilidade e percepção do complexo social e da inserção política e subjugada pelo capitalismo. A história é um mecanismo de análise que não se dá como papel universal e uniforme diante do espaço. Nem o espaço é universal, nem o tempo.

A migração atribuída a análise historicizada é também uma análise classista e hierarquizada, contradizendo a interpretação do social, e conforme Singer, não levando em conta esta contradição.

Como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas. (Ibidem, p. 29)

Podemos observar que a relação analítica que Singer faz do espaço é aquele alheio às suas multiplicidades inerentes. Tal espaço é, para o autor, estase conforme análise dos processos historicizados. Ora, mas se o tempo é motivo e participação, mesmo que abstrata, do complexo social e de suas relações de trabalho e coletividade, o espaço não deixa de ser, mesmo em seus condicionantes físico-estruturais, constituintes da reflexão geográfica. Essa é a grande questão que é confundida por muitos pesquisadores (em grande medida fora da geografia) quando se trata de espaço e

espacialidade. As transformações de cunho global ditas por Singer não se manifestam a partir apenas de tempos que se sucedem dialeticamente, mas também pela multiplicidade espacial que produz conteúdos a partir dos seres vivos, e no caso da urbanização, dos sujeitos sociais. Becker salienta acerca dos estudos relativos à migração:

Em relação aos níveis de explicação da realidade, ambos os métodos até então utilizados nos estudos de migração (o neoclássico e o neomarxista) pretendem explicar os fatos através de um enfoque extremamente geral [...] Quanto às generalizações marxistas, permitem apenas atingir certos níveis de explicação. Desta forma, parece essencial que se considere com maior cuidado as abstrações e que se trabalhe com um montante maior de dados empíricos em espaços diferenciados. Assim, estar-se-ia considerando o ‘particular’ juntamente com o geral na análise dos deslocamentos espaciais da população. (BECKER: 1997, p. 358)

O processo migratório, assim como seus constantes fenômenos não são somente processos sociais *historicizados* (entendendo processo como análise temporal) e, principalmente, (veremos esse enfoque mais adiante) há um risco muito grande em analisar os fenômenos da migração partindo da perspectiva que a mobilidade seja um problema, da sociedade e das representações sociais. Mesmo que esse “problema” seja uma ideologia, torna-se um discurso de que a migração deva ser no mínimo, um perigo para as sociedades. É, na verdade um perigo que se corre quando se analisa o espaço estático, salvaguardo de elementos imóveis.

Se o espaço for, genuinamente, a esfera da multiplicidade, se for o reino das trajetórias múltiplas, então haverá, também, multiplicidades de imaginações, teorizações, compreensões, significados. Qualquer ‘simultaneidade’ de histórias-até-agora será uma simultaneidade distinta de um ponto de observação particular. (MASSEY: 2008, p. 136).

Dentre os geógrafos que trabalham (direta ou indiretamente) com a migração, destacamos Claude Raffestin por sua análise vinculada às esferas do poder, que nos auxilia pensar na relação mobilidade e trabalho como parte de vários processos e vários fenômenos que propulsionaram movimentos.

Em seu livro *Por uma geografia do poder*, Raffestin indaga sobre as facetas da geografia e revela as esferas de dominação, principalmente nas transversalidades da ciência geográfica. Especialmente no capítulo População e poder, ele traduz sua perspectiva para a relação entre população, poder e geografia, entendendo população como trunfo. Tal população na verdade é analisada como o todo social *coisificado* pelas

metodologias de contagem e manipulação do poder, em grande medida, através do Estado, já entendido como um complexo entre o Estado-nação e as grandes corporações que o traduzem e modificam suas relações (sempre relações de poder).

A população é concebida como um recurso, um trunfo, portanto mas também como um elemento atuante. A população é mesmo o fundamento e a fonte de todos os atores sociais, de todas as organizações. Sem dúvida é um recurso, mas também um entrave no jogo relacional. (RAFFESTIN: 1976, p. 67.)

O espaço está, portanto, repleto de valores e referências das relações, estabelecidas principalmente (mas não totalmente) a partir das elites no processo de transformação do trabalho e dos recursos, no caso, a população. O autor adquire importância na análise do processo de migração pela ideologia da necessidade de/do capital-trabalho, vinculado aos mecanismos engendrados pelo Estado e pelas organizações a distribuir espacialmente a população conforme conveniências do e no capitalismo.

Sabe-se que a mobilidade advinda das migrações deu lugar a toda sorte de classificação, mais ou menos sofisticadas conforme o número e a combinação de critérios [...] De fato, é mais importante analisar as relações de força que provocam a mobilidade do que a natureza daquilo que a determina [...] Diremos que a mobilidade é autônoma quando resulta de uma coerção [...] Mesmo no caso da mobilidade autônoma, as organizações adotam diversas estratégias para aumentar o movimento ou, ao contrário, para freá-lo. As políticas migratórias são de uma extrema importância porque controlam e administram os fluxos no espaço. (Idem, p. 88.)

Como análise geográfica, o espaço toma importância nos processos sociais a partir dos fluxos pois o poder imanente (e vale frisar, imanente a todos os seres) é o que dá corpo às relações ora autônomas, ora coletivas das mobilidades. Entendendo também a migração como política complexa e contribuinte do poder, a partir das organizações que controlam as populações nesse espaço.

Essa *coisificação* da população no espaço é pautada por essas organizações a partir da quantificação genérica da sociedade. Nesse ponto, Raffestin classifica atores sociais distintos que compreendem a relação entre territorialidade e território, intrínseco também aos processos de inserção de migrantes em determinados espaços: os paradigmáticos e os sintagmáticos.

Todas as organizações, da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas, são atores sintagmáticos. Estão engajados num complexo

jogo relacional: não vivem, sobrevivem, crescem somente pelas relações [...] Um ator paradigmático deriva de uma divisão classificatória operada com base em critérios que os indivíduos têm em comum [...] A população representa como 'coleção de seres-humanos' é um trunfo, um recurso para o Estado, para as empresas, as igrejas, os partidos, etc. trunfo sobre o qual se baseia a posse, a dominação, ou ainda o controle, de maneira a integrá-lo, sob diversas formas, em processos. Há aí uma ambivalência da população, que ao mesmo tempo é fonte das organizações e trunfo dessas mesmas organizações, em diversos graus e sob diversas formas. (Ibdem, pp. 40-41.)

A população torna-se integrante do jogo relacional das organizações e, em grande medida, dos atores sintagmáticos somente no que se refere às relações de subserviência, mesmo que essas instituições sejam intrínsecas às relações dessas mesmas populações, isto é, mesmo que o poder venha *de baixo*. O espaço, inerente aos processos de poder, funciona como palco das territorialidades e o território, imanência política, é que lança os determinantes para os jogos e, portanto, os trunfos da relação. O trabalho se insere ativamente nos processos territorializadores e territorializantes, a partir das organizações, sejam familiares, religiosas, políticas etc.

É Haesbaert (2007) quem salienta em Raffestin a questão de vermos que, sendo o poder imanente às relações e aos fluxos espaciais, a população torna-se quase uma imagem daquilo que é o espaço como um mosaico de paisagens que se sobrepõe conforme a determinação de alguns atores, isto é, permanece em estase³. O território é tratado ainda como aquele território estático. Contudo, é importante a análise de Raffestin acerca desse processo como inerente a mobilidades em particular, processos sociais distintos no espaço e em seus fluxos.

Enquanto a economia globalizada torna os espaços muito mais fluidos, a cultura, a identidade, muitas vezes re-situa os indivíduos em micro ou mesmo mesoespaços (regiões, nações) em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades histórico-sociais e geográficas. Não se trata apenas de que estamos, genericamente, 'agindo mais sobre as imagens, os simulacros dos objetos, do que os próprios objetos', como afirma Raffestin. A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade. (HAESBAERT: 2007, p. 92)

³ É na tradução do livro de Doreen Massey *For Space* (Pelo Espaço), por Hilda Pareto e Rogério Haesbaert que tal termo aparece. Segundo o significado corrente, está vinculado à medicina como paralisia de uma circulação, ou de um sistema circulatório. Para a autora, estase estaria intimamente relacionado à visão estática determinada por alguns para a compreensão do espaço. Seria a paralisiação (do que mais adiante iremos compreender) de todas as esferas de pensamento desse espaço.

Raffestin (1976) destaca que: a mobilidade é independente dos processos que transformam os atores no corpo social (e ele é muito feliz em realizá-lo a partir da constituição desse corpo social como fonte de recursos de potência em um espaço); e a mobilidade desses atores se transforma em um *problema* de quantificação da população e no trunfo das realizações do poder. Apontamento praticamente desmistificado por Haesbaert (2007), que nos mostra o espaço entendido de forma fluida, múltiplo por essência e natureza.

A possibilidade da exclusão como ato e fato da problemática da migração transforma-se em nova forma política e social de salientá-la como particularidades de vários processos sociais espaço-temporais. E da mesma forma que o espaço não possui características físico-estáticas, ele denota inserção de resistências e que, portanto novas multiplicidades, novas territorialidades, advindas de poderes não necessariamente dialógicos (positivados ou negativados, no caso), mas de poderes construídos na reprodução constante do devir do espaço.

A denúncia (e a espacialidade da denúncia) da “migração para quem”?

Antes de tudo, o migrante é integrante da relação espaço-temporal de sua própria autoanálise de construir-se migrante. Assim, ele, muitas vezes sem saber, faz-se migrante no próprio lugar onde reside, seu lugar de partida. Relacionar suas próprias metodologias de vida é o que de forma sucinta, Pierre Bourdieu (1989) denominou de *habitus*.

O habitus, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus* indica a disposição incorporada, quase postural -, mas sim o de um agente em acção [...] Parece-me, com efeito que, em todos os casos, os utilizadores da palavra *habitus* se inspiravam numa intenção teórica próxima da minha, que era a de sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objecto. (BOURDIEU: 1989, pp. 61-62).

Os *habitus* são essas metodologias inspiradas pelos agentes construtores da sociedade em prol de uma representação. Nessa mesma perspectiva, o campo social não é uniforme e homogêneo, mas sim estruturado por hegemonias que, a partir das representações, transformam o espaço em práxis objetivadas a interesses desiguais. Bourdieu claramente vai de encontro ao materialismo dialético aplicado às abordagens

de Singer e Gaudemar, bem como a perspectiva *territorialista* de Raffestin, pois sugere a análise do campo social em diversidade, admitindo assim a reflexão de um *espaço social*.

A construção de uma teoria do espaço social implica uma série de rupturas com a teoria marxista. Ruptura com a tendência para privilegiar as substâncias em detrimento das *relações* e com a ilusão intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efetivamente mobilizado; ruptura com o economismo que leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, unicamente ao campo econômico, às relações de produção econômica constituídas assim em coordenadas da posição social; ruptura, por fim, com o objectivismo, que caminha lado a lado com o intelectualismo e que leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos. (Idem, p. 133)

Sendo assim, podemos definir o que é, de fato, um migrante e suas *categorias*, seus elementos constituintes, ou como veremos a seguir, seus *paradoxos*?

É nessa visão bourdieuniana que Abdelmalek Sayad (1998) se propõe a compreender melhor a migração e seus mecanismos inerentes da mobilidade social e das diferentes perspectivas que se pode ter de um mesmo processo e até de um mesmo fenômeno. Para ele, não se pode pensar em migração como um mecanismo de condicionantes homogêneos, inseridos em um sistema de classes que enfrentam a mobilidade para gerar lucro às empresas destinadas no futuro, a transformarem esses migrantes em excluídos sociais. Muito menos ao fato de que a visão da problemática da migração seja algo a ser sanado e tratado no espaço em que este se encontra. A migração vai muito além das ideologias de uma determinada classe, ela se insere na concepção do Estado enquanto produtor de políticas que auxiliam mecanismos de poder (considerando que todo poder é político) no espaço, seja para as migrações internas quanto para as internacionais.

A ordem da migração (ordem da emigração e ordem da imigração) e a ordem nacional, estão substancialmente ligadas uma à outra. E se não podemos falar de uma sem falar da outra, não é devido a algum jogo fácil da dialética da identidade e da alteridade – o ‘nacional’ só existiria por oposição ao seu contrário ou, ao menos, na presença de seu contrário, o ‘não nacional’ -, e sim porque a imigração e seu duplo, a emigração, são o lugar em que se realiza praticamente, no modo da experiência, o confronto com a ordem nacional, ou seja, com a distinção entre ‘nacional’ e ‘não-nacional.’ [...] Sabemos muito bem o quanto esta definição, que relaciona imigrante e estrangeiro, é arbitrária, no sentido de que vale apenas no limite (...) quando o imigrante (no sentido social do termo) é também e ao mesmo tempo um estrangeiro (no sentido jurídico ou ‘nacional’ do termo). (...) A situação de hoje, infinitamente mais

complexa, já não oferece a simplicidade da oposição binária que o juridicismo postula. (...) Todos os imigrantes não são necessariamente estrangeiros; da mesma forma somos inclinados a afirmar que todos os estrangeiros não são ou não serão sempre imigrantes (socialmente falando). (SAYAD: 1998, pp. 266-267)

Imigração e emigração, para Sayad, são dois elementos constitutivos da ação de migrar, pois, o migrante sai do local de origem para se vincular, mesmo que de forma parcial, em outro local, estranho às suas identidades/alteridades cotidianas. E da mesma forma que o migrante encontra o estranhamento das alteridades desconhecidas, seu espaço de origem também se encontra em movimento constante, e, portanto, ele não encontrará, no retorno, o lugar como foi deixado. Assim como os sujeitos que participam de sua vida do lugar deixado serão estranhos ao retorno e ao que retorna.

Da mesma forma que, ou o imigrante se “adapta” à naturalidade do local de chegada para se tornar “naturalizado”, ou ele se integra de forma paralela às bases de uma convenção social do local de origem, ele serviria a uma ordem estabelecida, a uma representação, pois agora não há o confronto nem há a conformação. Nem o confronto com a alteridade do lugar que está nem a conformação da partida e do desconhecimento do presente do lugar deixado. O que há é a ordem da provisoriidade espacial do migrante, isto é, o desvinculamento do poder e da sociedade acerca do sujeito social migrante, inerente somente à reprodução do trabalho naquele espaço.

Sayad também aponta a crítica ao Estado que se torna cúmplice das representações que propulsionam o migrante a esse caráter provisório e o coloca marginalizado, tanto na imigração quanto na emigração, pois no primeiro há a exclusão da sociedade que o vê como provisório e como futuro problema (social, demográfico, sociológico etc), e no segundo há a exclusão pelas próprias mudanças de ordem social e psíquicas, inseridas no consciente e inconsciente do ser migrante. Tal discurso, para o autor, é uma clara compreensão da ausência de estudos que se inserem de fato na perspectiva social da crítica da migração como um todo.

Todo imigrante continua sendo, em algum sentido, um emigrante de algum outro lugar (e isso até mesmo no caso em que esse ‘imigrante’ nasceu na imigração e jamais emigrou de parte alguma). Por mais justificada que seja a emigração, ou seja, a ausência, ela permanece sempre suspeita. [...] Culpabilidade, culpabilização e culpa; acusação e auto-acusação – pois a pessoa se culpabiliza e se auto-acusa como é culpabilizada e acusada, e porque é culpabilizado e acusado: isso faz parte e é indissociavelmente constitutivo da condição do emigrante e da condição do imigrante. (Idem, pp. 109-110).

Para os migrantes nordestinos, vinculados à análise da migração interna, além dos *paradoxos de alteridade*, há um sentido do outro ainda mais forte: de que o mesmo faz parte de uma relação de participação como integrante ao uso e fruto do trabalho, cabendo a ele como um todo, ter em sua *raiz* sua característica o ser migrante, e, pejorativamente, se tornar o *Paraíba* no Rio de Janeiro, o *baiano* em São Paulo etc. Conforme Póvoa Neto (1994):

O nordestino (e, também em grande escala, o mineiro) é o trabalhador migrante 'por excelência', aquele a quem a sociedade do Sudeste, passando por cima de seus preconceitos, recorre como força de trabalho disponível para a exploração capitalista. São portanto os *nordestinos* que, marcando sua presença na Amazônia e no Sul, anunciam e consolidam a existência de uma região *Nordeste*. (PÓVOA NETO: 1994, p. 21).

A migração vista por Abdelmalek Sayad é então uma migração de vários sentidos, e muitas vezes sentidos preconcebidos pelas estruturas e pelos *habitus* dominantes, que hierarquizam a sociedade em várias escalas. O migrante passa da necessidade inerente para a necessidade de pensar e refletir em todas as esferas de poder que circundam as próprias relações sociais; e por isso a complexidade da migração e de entender a migração, que para o autor é indevidamente colocada, pois não busca compreender de fato os interstícios conceituais que levam a uma crítica do que é ser social e do que é ser um sujeito social para as ciências sociais em geral.

Mais do qualquer outro objeto social, não existe outro discurso sobre o imigrante e a imigração que não seja um discurso *imposto*; mais do que isso, é até mesmo toda a problemática da ciência social da imigração que é uma problemática imposta. E uma das formas dessa imposição é falar dele como de um problema social. (SAYAD: 1998, p. 56)

Assim, a relação da imigração e da emigração é a causa de um espaço universal, que pode se colocar tanto na perspectiva da migração internacional (tal como se coloca, de fato) como na perspectiva das migrações internas, e essencialmente, nas relações de dominação que engendram tais perspectivas.

Não se entenderia nada sobre a natureza desse fenômeno, ou seja, sobre o modo de geração da população que se tornou 'disponível' para emigrar, sobre o significado profundo dos acordos concluídos entre os países de emigração e os países de imigração, sobre o modo como são recrutados os emigrantes e

como serão tratados mais tarde enquanto imigrantes, se não lembrássemos que a imigração consagra a relação de dominação que a produziu e que a mantém. (Idem, p. 245).

Sayad propõe algo inteiramente novo ao que já vimos. A migração é um elemento constitutivo do próprio sujeito social, distinto e interligado, e o migrante é visto e se vê, portanto, numa relação de alteridade e deve ser entendida como um todo complexo e participativo constante, pois a alteridade se firma nas políticas que englobam o ser migrante no espaço e no tempo. Para entender o migrante, não só o processo social dos grupos de trabalho e essa necessidade da migração pelo trabalho é que tem de ser vista, mas toda sua trajetória como sujeito no mundo.

Essa perspectiva dos processos sociais dos “marginalizados” e “excluídos”, quase atributos para migrantes de uma maneira geral, embora seja instigante e desvende de fato as relações de poder existentes na sociedade, desvincula as ferramentas do pensar geográfico a partir de uma espacialidade do imigrante e do emigrante. O migrante vê um espaço atrelado ao seu tempo, ou seja, seu lugar de origem tal como foi deixado por ele, portanto o espaço/tempo do migrante não se atrela necessariamente ao desejo do retorno do espaço estático, mas do espaço/tempo deixado, onde não necessariamente viva no (e pelo) passado ou que queira voltar. Ou seja, o sentimento de nostalgia inerente ao espaço e ao tempo, não somente a partir de processos.

A compreensão das metodologias de análise da migração e do migrante é também um processo social e científico, dentro do espaço/tempo. Essa compreensão em Sayad está na reflexão da migração – e do migrante – tal como a palavra nos mostra, uma ação incorporada à complexidade da vida na sociedade. Esse papel não se restringe à demografia, ou à espacialização simplesmente como deslocamento e seus atributos, mas o movimento inerente do espaço e pelo espaço que incorpora formas e conteúdos de pensar e ser, sujeito e sociedade, como o espaço tem importância na construção desse sujeito social.

Há sim uma compreensão crítica, porém “positiva” da migração que Sayad nos explicita muito bem, que se encontra não somente pelo movimento em si, mas pelas relações alteras que são estabelecidas, nas possibilidades de transformação de um para todos no espaço. A mobilidade pela força de trabalho também constitui uma *geometria de poder* vinculada às elites oligárquicas do Nordeste e no papel do Estado que *agencia* essa mobilidade para a força de trabalho nas metrópoles.

A migração e o desejo inerente no espaço múltiplo

Muitos falam que estamos em tempos de “pós”. O moderno passa a ser mais sofisticado e o pensamento, bem como a forma de pensar, é algo além do moderno, pós-moderno. Mas, alguns autores já tratam a pós-modernidade como um elemento para edificar pensamentos de uma minoria, e que não lança as bases de reflexões – contemporâneas ou não – que dão espaço à complexidade do mundo. Os caminhos se prolongaram e abriram outras vias, outros ramais em redes que se interconectam. Mas será que essas redes começaram a existir com a pós-modernidade ou foi a pós-modernidade e sua forma de pensar que deu atenção às redes? O movimento social e a mobilidade, assim, tornaram-se padrão para a vinculação a essas redes e, portanto, a migração agora é um ato de fato universal, bem como a forma de ver o migrante? O território e a territorialidade deixaram de existir para a flexibilidade das fronteiras do pensar, do agir, do falar, as fronteiras sociais, políticas e físicas? E a geografia, deixou de ser fonte de pensamento estático para uma geografia do movimento?

Por outras formas de analisar as teorias sociais e a natureza, muitos autores (filósofos, médicos, sociólogos, geógrafos, enfim) trataram de considerar outras perspectivas do espaço e do movimento. Não mais a estase que se encontra na análise da geografia (em grande medida, pelos *de fora* da geografia), mas o espaço como devir das relações estabelecidas na natureza, e a própria natureza uma espacialidade múltipla. Muitos geógrafos também (dentre eles o brasileiro Milton Santos) agiram e alertaram para novas geografias que se constroem nessa multiplicidade, incorporando novos conceitos muito mais pertinentes à compreensão dos fenômenos geográficos.

Da corrente filosófica, atualmente, os que mais enfatizam a importância do espaço considerando o território e suas ações que se inscrevem no espaço (entendendo território como relação contínua de poder dos sujeitos sociais), são Gilles Deleuze e Félix Guattari. Para eles, a discussão agora não é a relação (ou contraponto) entre sujeito-objeto, indivíduo-sociedade; mas a imanência em que tais relações se estabelecem no *cosmos*. Para entendermos tal complexidade, os autores formulam conceitos pertinentes para uma análise, segundo eles, não mais arborescente, hierarquizadora, e sim, rizomática, horizontal.

Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem (...) cada traço não remete necessariamente a um traço lingüístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas. Os *Agenciamentos coletivos de enunciação* funcionam, com efeito, diretamente nos *agenciamentos maquínicos*. (DELEUZE e GUATTARI: 1995, p. 15).

O rizoma não tem essência definida, pois nasce da relação da espacialidade. Sua essência está em ser essência em si mesmo. Assim, as subjetividades são dissociadas dos modos e dos mecanismos de produção, e sim associadas às relações de poder, intrínsecas às relações humanas, isto é, essas subjetividades não nasceram no processo capitalista financeiro, ou na chamada pós-modernidade, é um processo constante das relações humanas desde os primórdios, ou melhor, das relações de vida. Não há precedente entre ação e objeto, o processo é múltiplo e intrínseco. Além disso, na perspectiva deleuziana e de Guattari, a imanência do tornar-se é associado, isto é, não há abstração entre espacialização e estrutura métrica e ordenada, fazendo com que inexista de fato uma estrutura primeira, descaracterizando assim a apropriação/dominação de estruturas. Por agenciamento, portanto, Deleuze e Guattari veem as ações dos corpos sociais no espaço constituindo o devir desse espaço, considerando esses agenciamentos sua própria espacialidade. Haesbaert explica de maneira mais clara que os agenciamentos:

São, assim, moldados nos movimentos concomitantes de territorialização e desterritorialização. Todo agenciamento é territorial e duplamente articulado em torno de um conteúdo e uma expressão, reciprocamente pressupostos e sem hierarquias entre si. Um território, portanto, pode ser visto como o produto 'agenciado' de um determinado movimento em que predominam os 'campos de interioridade' sobre as 'linhas de fuga', ou, em outras palavras, um movimento mais centrípeto que centrífugo. (HAESBAERT: 2007, p. 123)

A multiplicidade é não só um fenômeno intrínseco aos agenciamentos, mas é a essência do rizoma e sua construção tanto no pensamento (na ação) quanto na natureza (do pensamento, da transformação da substância etc).

Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas [...] As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou

de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras (...). A linha de fuga marca, ao mesmo tempo: a realidade de um número de dimensões finitas que a multiplicidade preenche efetivamente; a impossibilidade de toda dimensão suplementar, sem que a multiplicidade se transforme segundo esta linha; a possibilidade e a necessidade de achatar todas estas multiplicidades sobre um mesmo plano de consistência ou de exterioridade, sejam quais forem suas dimensões. (DELEUZE E GUATTARI: 1995, p. 17)

Deleuze e Guattari explicitam de forma bem clara que a multiplicidade se desvenda na exterioridade não necessariamente dos processos de desterritorialização (já que o processo não é palpável), mas a desterritorialização é o reflexo da multiplicidade e, portanto já não é mais subjetivo nem possui subjetividade. Irá, assim, desmascarar as equivalências e a razão inconsistente para analisar a complexidade da natureza.

Os agenciamentos, definidos em dois grupos (maquímicos de desejo e coletivos de enunciação) são as possibilidades que a multiplicidade possui de ser preenchida no e pelo espaço, considerando que o desejo passa a ser múltiplo dado pela incorporação e reincorporação de outros sentidos. A questão de migrar, assim como do migrante, reinsere-se em constantes agenciamentos e reconstrói a noção do migrante em cada agenciamento coletivo a partir do desejo que, portanto, é inerente à necessidade, isto é, o desejo não passa de uma necessidade do vir a ser que não é uma necessidade do que já é.

Eles (Deleuze e Guattari) propõem o desejo como um construtivismo, renunciado ao par sujeito-objeto (aquilo que deseja e aquilo que é desejado), e vendo o desejo como uma força ativa primária que requer uma máquina ou um agenciamento. Tal como o poder na abordagem de Foucault, que é produtivo (e não só repressivo) e constituinte de toda relação social, organizado em torno de dispositivos como a 'máquina' panóptica, em Deleuze e Guattari trata-se do desejo, também agenciado por 'máquinas' e tendo um sentido produtivo, construtivo." [...] "Desta forma, o desejo vem sempre agenciado. Nesta concepção, o desejo (mais do que o poder, na visão foucaultiana) cria territórios, pois ele compreende uma série de agenciamentos. E a territorialidade, como veremos, é central na construção desses agenciamentos. (HAESBAERT: 2007, pp. 118-119)

Não há dicotomias, há a variação de relações entre/inter espaços que acarreta a multiplicidade. O desejo deixa de ser um mecanismo analítico para ser integrante da expansão de um rizoma, dentre vários rizomas que nascem constantemente, até mesmo dentro do rizoma que gerou determinado desejo. Não é na construção que se vê ou se interpreta, mas na desconstrução que se produzem novas construções. O tempo deixa de ser primordial para a análise e o espaço toma importância, pois a multiplicidade

rizomática é, acima de tudo, essa busca pela reconstrução associada ao devir. E, numa perspectiva geográfica e política, o Estado deixa de ser o fundador por excelência de territórios, pois se houve a desconstrução de rizomas a partir de transformações sociais, o que houve de fato foi desterritorialização seguida de uma nova territorialização.

Ao contrário da maioria das interpretações, que veem o estado como uma espécie de 'fundador' da territorialização, pelo menos no seu sentido moderno, para Deleuze e Guattari o surgimento do Estado representa o primeiro grande movimento desterritorializador. (Idem, p.137).

Deleuze e Guattari propõem a linha de fuga (portanto, a desterritorialização) como participante mútuo de uma reterritorialização, mas atentam para a necessidade da desterritorialização inerente. Para eles, o nômade seria um exemplo de desterritorialização efetiva, desvinculada às relações de dominação e em constante horizontalidade, sem necessariamente se preocupar com a absorção de conhecimento, com o inconsciente ou com as necessidades aparentes, mas somente na horizontalidade do espaço e do tempo. A crítica entre os pós-estruturalistas acerca dessa questão está na associação de um discurso ocidental-moderno (e em grande medida, romântico) de lugar de fuga para o lugar sem territorializações e, portanto, acarretando à materialização, dando a esse espaço coetaneidade.

Porém, para eles, a geografia possui papel fundamental na análise do espaço e suas multiplicidades, pois examina e critica em excelência, e vê suas complexidades horizontalizadas no espaço, verticalizadas pelo território e também pelos agenciamentos, que inserem o sujeito no espaço vivido a partir da des-reterritorialização. O migrante, ativo nessa constante, é intrínseco a esse processo de análise do espaço e produz agenciamentos que produzem – e produzirão – análises críticas acerca dos estabelecimentos de poder contidos nos vários fenômenos migratórios. Ainda acerca da geografia, Deleuze ressalta que

A geografia não se contenta em fornecer uma matéria e lugares variáveis para a forma histórica. Ela não é somente humana e física, mas mental, como a paisagem. Ela arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irredutibilidade da contingência. Ela arranca do culto das origens, para afirmar a potência de um 'meio' (...). Ela arranca das estruturas, para traçar as linhas de fuga que passam pelo mundo grego, através do Mediterrâneo. Enfim, ela arranca a história de si mesma para descobrir os devires, que não são a história mesmo quando nela recaem. (DELEUZE *apud* HAESBAERT: 2007, p. 141).

Essa compreensão da geografia como busca pela multiplicidade do espaço e seus movimentos são atualmente expressivos nos trabalhos e escritos da geógrafa britânica Doreen Massey. Em seu livro traduzido recentemente para o português, *Pelo espaço*, Massey destaca que a responsabilidade política do espaço refere-se ao processo de conjuntura e transformação espaço/temporal abarcando de alguma maneira a multiplicidade. Para ela, há a interpretação errônea de que o tempo possui movimento e é múltiplo diversamente oposto ao espaço. A heterogeneidade do espaço até circularia por um só tempo, porém, a partir e pelo espaço encontramos múltiplas formas de interpretar espaço e tempo. O espaço então estaria associado a três esferas de compreensão dessa “erroneidade”: a primeira ligada ao espaço como representação em vitória ao tempo dinâmico, passível de análise externa; a segunda, o espaço seria sincrônico e estrutural em oposição ao tempo diacrônico e progressivo e a terceira ideia seria a de desconstrução a partir da horizontalidade, inerente à essa análise de estase do espaço, vinculada às ideias pós-estruturalistas.

O espaço é tão impossível de representar quanto o tempo (apesar de uma questão relevante é a da representação tempo-espaço) arrancando o espaço dessa cadeia imobilizante de conotações, ambos, potencialmente, contribuem para as desarticulações necessárias para a existência do político e abrem o próprio espaço para um discurso político mais apropriado. (MASSEY: 2008, p. 80)

Portanto, se pensarmos na constituição do ser a partir de sua temporalidade sem abrir mão de uma dialética múltipla da espacialidade, abrir-se-á o constante amadurecimento e reconhecimento de si mesmo pelo espaço, e não mais somente pelo tempo.

Talvez, o que se requeira seja incutir uma (noção de) subjetividade que não seja exclusivamente temporal, que não seja a projeção de um interior – conceitual, introspectivo, mas, antes, uma subjetividade que seja também espacial, olhando abertamente em suas perspectivas e na consciência de sua própria constituição relacional. (Idem, p. 124).

O espaço – e o lugar, que se configura para Massey de forma distinta à usual definição de lugar – envolvem sociabilidade. Mas o indivíduo não deixa de existir, pelo contrário, reflete e absorve outras espacialidades e territorialidades. O político se faz em todas as perspectivas, seja na interseção ou nas laterais. Pois, de todas as formas, o sujeito não deixa de ser participante.

Porém, há as configurações de poder estabelecidas por organizações e elites minoritárias que em cada particularidade do espaço, manifesta conforme suas peculiaridades. A globalização, por exemplo, ideologicamente exposto como a abertura dos espaços e um tempo diferenciado para tais espaços, mascara desigualdades e o movimento real desse espaço, pois tal desigualdade, além de temporal (no sentido da multiplicidade do espaço no tempo) é espacial no tocante ao significado, ou seja, na interpretação hegemônica dos sujeitos.

O espaço global, como o espaço de modo mais geral, é um produto de práticas de poder material. O que está em questão não é apenas a abertura e o fechamento ou a ‘extensão’ das conexões através das quais nós, ou o capital financeiro, ou o que quer que seja... presta atenção às nossas coisas. O que está em questão são as novas **geometrias de poder** constantemente-sendo-produzidas, as mutantes geografias das relações-de-poder. (Grifo nosso. Ibidem, p. 130)

Essas geometrias de poder seriam articulações político-espaço-temporais que atuam nas necessidades reais, múltiplas, mas sempre formas de dominação, e se encontram em todas as esferas e/ou *corpus* sociais.

Para uma compreensão relacional da globalização neoliberal, os ‘lugares’ são linhas cruzadas nas mais amplas geometrias de poder que constituem tanto eles próprios quanto o ‘global’. Nesta abordagem, lugares locais não são sempre simplesmente as vítimas do global, nem são, sempre baluarte politicamente defensáveis *contra* o global [...] ‘lugares’ diferentes ficarão em posições contrastantes *em relação* ao global. Eles estão localizados de modo diferenciado dentro das mais amplas geometrias de poder. (Ibidem, p. 152).

Massey entende essas geometrias de poder como parte do que ela refere a *stories-so-far*, histórias-até-agora que remete à própria multiplicidade do pensamento e das possibilidades quiçá peculiares e constantes, e por isso estórias, já que serão sempre geometrias de poder, principalmente à constatação de que nem o espaço nem o pensamento são palpáveis e determinados. A globalização seria uma dessas geometrias de poder, pois compreende as formas de territorializar tal globalização pelos diferentes espaços.⁴

Nas entrelinhas, portanto, nota que há uma nova noção de lugar a partir dessas “*stories-so-far*”. O lugar passa a ser o estar aqui, neste momento, e é a negociação social

⁴ Ver também: MASSEY, Doreen. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. **Revista Expressões Geográficas**. Florianópolis: n. 3, 2007, p. 142-155.

com as diferenças, bem como seu devir, não mais analisando negócio como trabalho enfadonho e estranho ao ser, mas negociação como construção contínua num processo em que a própria noção de ócio é transformada. Uma abertura a essa negociação seria pensar dentro das geometrias de poder, em uma nova política dos lugares, preocupada em estabelecer essas negociações e trabalhar em função do devir delas.

Los Angeles e a Amazônia, como estavam se tornando, eram novas para os primeiros colonizadores europeus. Mas mesmo para os que não viajam tão longe, ou mesmo para os que permanecem 'no lugar', o lugar é sempre diferente. Cada um é único e está constantemente produzindo o novo. As negociações serão sempre invenções, haverá necessidade de julgamento, aprendizagem, improvisação, não haverá regras meramente portáteis. Em vez disso, é o único, a emergência do novo conflitivo, que faz surgir a necessidade do político. (Idem, p. 230).

A própria migração é um entendimento espacial, e não somente temporal, já que ora ela subverte as relações de estase e coloca a realidade da diversidade, ora ela em si é uma forma de estabelecer a estase política e social em que nela se encontra. Para a autora, se tudo é movimento, não deixa de ser migrante, e o principal, não se aplica aos fenômenos sociais e à famosa e dissecada discussão acerca da geografia física e da geografia humana, pois na natureza tudo também é movimento, seus elementos internos e externos, assim como o *cosmos* etc. Estão, como sabemos, andando para lá e para cá, em atração e convergência ou em divergência, seguindo os horizontes que lhes é conveniente.

Sendo assim, a migração não é mais um processo social de estruturas e superestruturas. É intrínseca, pois é movimento, mas o movimento dos sujeitos se dá ora pelo que Deleuze concorda em relação ao desejo inerente dos agenciamentos, ora pelas geometrias de poder estabelecidas para as necessidades de dominação de um grupo e/ou de uma sociedade. Os elementos do lugar se movimentam e mudam. A questão é que o ser pensante estabelece relações de complexidade que envolve todas essas negociações e suas próprias negociações.

A espacialidade do social está implicada (...) em um nível mais profundo (...) como um princípio formal, trata-se do espacial dentro do tempo-espaco e, nesse ponto, mais especificamente, o seu aspecto como a esfera da multiplicidade e opacidade mútua que isso, necessariamente, acarreta, e que requer a constituição do social e do político (...) [também] na prática política, muito dessa constituição é articulado através da negociação de lugares em seu

mais amplo sentido. Imaginações de espaço e lugar são, ambos, um componente de uma aposta *nessas* negociações. (Idem, p. 220).

A identidade é a externalidade da diferença para o outro, é publicizar e dizer ao mundo quem é você, e não necessariamente um organismo coletivo que se identifica. O processo de identificação faz parte dessa negociação que é estabelecida pela identidade, que é flexível continuamente, pois a transformação desta se dá pelo encontro, e, portanto, sempre com a liberdade de si e da alteridade, seja na transformação ou na estagnação a partir de relações de poder.

O espaço é tão desafiador quanto o tempo. Nem o espaço nem o lugar podem fornecer um refúgio em relação ao mundo. Se o tempo nos apresenta as oportunidades de mudança e (como alguns perceberiam) o terror da morte, então o espaço nos apresenta o social em seu mais amplo sentido: o desafio de nossa inter-relacionalidade constitutiva – e, assim, a nossa implicação coletiva nos resultados dessa inter-relacionalidade, a contemporaneidade radical de uma multiplicidade de outros, humanos e não-humanos, em processo, e o projeto sempre específico e em processo das práticas através das quais essa sociabilidade está sendo configurada. (Idem, p. 274).

Também nessa perspectiva, voltado para o Brasil, o professor Rogério Haesbaert, no seu livro *O mito da desterritorialização* destaca que o processo de territorialização abrange um sentido multiescalar, isto é, variações dessa territorialidade conforme o seu sentido dado também na perspectiva do devir. O território se reflete nos fenômenos migratórios e na perspectiva do migrante, pois o território se faz mutuamente aos processos e às geometrias estabelecidas pelos sujeitos em negociação, e, principalmente, questiona a possibilidade de pensarmos em migrantes necessariamente àqueles que saíram ou que deixou. O estranho, dentro do espaço no qual estabelece a maioria de suas relações, não deixa de ser um migrante, e esses movimentos se dão a partir das transformações do espaço. Porém algumas interconexões que possibilitam o território e as territorializações, para ele, são dominadas pelas elites locais que dominam a possibilidade de uma multiterritorialidade, em sua ampla definição.

A multiterritorialidade deve ser identificada tanto em seu sentido potencial ou virtual (a possibilidade de ser acionada) quanto como realização ou acionamento efetivo. As implicações políticas desta distinção são importantes, pois sabemos que a disponibilidade do ‘recurso’ multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se

acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do ‘primeiro’ território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana. (HAESBAERT: 2007, p. 360).

Quando se fala em multiterritorialidade depreendemos que as relações territoriais entre global-local se diferem e propriamente se individualizam, conforme territorialidades surgem no seio das primeiras territorialidades. A análise de Haesbaert denota que os territórios no âmbito da territorialidade se produzem na identificação, isto é, no processo comum de identificação/diferenciação. Viajar e sempre passar pelos mesmos lugares constroi uma identidade em relação aos desconhecidos lugares e paisagens. Portanto, as redes e suas conexões são assimiladas por uma comunidade em busca de territorialização, mesmo que de forma inconsciente.

Sua análise acerca das noções básicas de território que compõem em três perspectivas, a qual ele define com abordagens: política, a partir dos segmentos coesos de território e territorialidade; econômica, vista hoje como sem-fronteiras e sem geografias, flexíveis e indiferentes ao espaço, elemento estático que aponta a flexibilidade dos mecanismos financeiros e a cultural, seguindo a visão da política, mas denotando as simbologias existentes por determinadas territorialidades. Tais visões não veem o sentido amplo do território, pois ainda carregam as noções vinculadas ao racionalismo e da perspectiva do território ligado ao Estado-Nação.

Todas estas abordagens encontram-se combinadas. Assim, se privilegiamos as questões políticas e, dentro delas, a questão do Estado, o território pode ficar restrito às sociedades modernas articuladas em torno dos Estados nações. Neste caso, a crise do Estado seria a principal responsável pelos atuais processos de desterritorialização. Trata-se de uma das leituras mais limitadas e restritivas do território [...] seja em que sentido for, uma leitura integrada do espaço social é hoje relativamente pouco comum, como se pode depreender das próprias abordagens ‘unidimensionais’ aqui comentadas. (Idem, pp.78-79).

O território é, portanto, muito mais que ferramenta política de grupos sociais, é o que faz dos processos sociais uma ferramenta política. Muito menos há de deixar de existir o território pela fluidez das redes e dos fluxos frenéticos no tempo e no espaço. São, portanto, novos espaços e novos olhares para um espaço “composto” de geometrias de poder, que colocam sempre as multiplicidades em aberto. Muito menos também

essas redes ocupam espaços simbólicos. São, até o momento, muito mais palpáveis do que imaginamos.

A migração é parte intrínseca dessa compreensão, pois é na mobilidade que essas novas relações se inserem. Por isso, novas migrações se constroem continuamente, novos fluxos muito mais intensos e contraditoriamente elitizados formam novas multiterritorialidades. Porém, o controle dos fluxos (logo, os agenciamentos e/ou as geometrias de poder que cercam os fluxos e/ou as migrações em todos os âmbitos) não deixa de existir e, pelo contrário, se intensifica seguindo os processos constantes de urbanização “do urbano” e transformação do meio rural também em urbano, a partir das políticas públicas voltadas para os integrantes, parte das elites locais, e não somente por uma instituição (para não dizermos corporação) voltada ideologicamente ao bem-estar social. As grandes empresas e o capital financeiro são umas das várias que percorrem essa multiterritorialidade, essa noção multiescalar - na teoria e na prática – do território.

As migrações, populações em movimento, em geral exigem uma outra concepção de território, aquilo que aqui denominamos território-rede [...] Mesmo que tenhamos apenas a sobrevivência de referências territoriais puramente simbólicas, e que estas se reportem não a territórios particulares (como o Estado nação ou a região de origem), mas aos múltiplos territórios ou à própria dispersão (territórios dispersos) que compõem o grande território-rede da diáspora, ainda assim devemos falar num tipo muito próprio de reterritorialização, uma territorialização múltipla, na dispersão, articulada em rede, ‘com ou no movimento’ (inerente à diáspora) e altamente simbólica – em outras palavras, uma multiterritorialidade em sentido estrito. (Idem, p. 356).

Multiterritorial é, assim, aberto ao desconhecido, seja por necessidade ou desejo. Mas para efetivamente ser multiterritorial há a necessidade da consciência de que o migrante (e/ou o multiterritorial) se encontra sempre sujeito e ator do território e das des-re-territorializações. Embora a ação de migrar já esteja intrínseca a esta possibilidade, isto é, a des-re-territorialização ocorre, mas a multiterritorialidade como consequência de um processo de conscientização de si próprio é dominada pelos agentes que processam os fenômenos migratórios.

Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo... Cada um desdobra relações com ou por meio

do espaço de formas as mais diversas. Para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global. (Idem, p. 97).

Migração, espaço da migração e espaço dos migrantes está nessa complexidade no espaço/tempo. O desejo passa a ser múltiplo, pela incorporação e reincorporação de outros sentidos. A questão do migrar e do migrante na perspectiva ligada ao desejo inerente reinsere novos agenciamentos, e a perspectiva desses agenciamentos como reprodutor de dominação da consciência, reconstruindo assim a própria noção de migrante.

Considerações Finais

Para nós, é nas múltiplas geografias que o migrante, potencialmente na liberdade efetiva e na conscientização de suas ferramentas de transformação na construção do espaço e cotidianamente nos encontros, nas palavras e nos gestos andantes, que o migrante faz-se migrante não só pelo seu movimento, mas rotineiramente na sua própria territorialidade.

O que ocorre é exatamente que esses processos não necessariamente se vinculam em perspectivas temporais, e sim espaciais dos migrantes, no espraiamento de suas relações lá e cá. É na possibilidade de pensar em um espaço de todos e para todos, que o migrante se insere não necessariamente como tal. Mas como aquele que, inerentemente ao desejo e ao devir, territorializa-se conscientemente.

É que, para haver, subjetiva ou objetivamente, o reconhecimento das trajetórias do migrante, devemos analisá-lo não pura e simplesmente à percepção de sua realidade individual, mas à compreensão de suas transformações e a possibilidade de entendermos de fato o que é o espaço e sua infinitude, e seus múltiplos, seu devir. O ato de migrar, além de fazer parte desse movimento dos sujeitos, (portanto, também ser movimento do/no espaço), é parte de nós. Temos a compreensão da multiterritorialidade deixa claro nossas geografias, nossas marcas no mundo e nos dá a possibilidade de construirmos nossos agenciamentos.

Também, abre as portas para o encontro com o novo, espacializa nossas relações, cria lugares que temos consciência política para negociarmos, para criarmos

identidades sem necessidade do silêncio ou da vergonha, do constrangimento de estarmos aqui e agora.

Se o trabalho – e a força de trabalho – são essenciais para compreendermos o processo migratório, mesmo em Rio das Pedras, os migrantes nordestinos aliam a importância do fator trabalho às novas atividades cotidianas inseridas no espaço carioca, mesmo de forma restrita. O trabalho e sua força não dão conta da compreensão do migrante inseridos no movimento do espaço e de si mesmo. Somente ressaltam (e por muitas vezes, de forma superficial) o papel político e social do ato de migrar e sua relevância em entender o processo de acumulação capitalista, mas não aponta o paradoxo da migração e a compreensão do outro e de si na partida, na chegada e no retorno, assim como nos espaços aí envolvidos pelas relações. É um dos agenciamentos.

Se a população é um recurso e um trunfo para certos atores, os territórios e a territorialização não se fazem de forma múltipla, nos encontros e nas propulsões políticas, ele – o território é determinado metricamente. Bem como o ato de migrar, da mesma forma subversiva, faria parte do processo de mensuração do poder. Como análise geográfica não se estabelece, ainda sem o movimento do espaço.

É possível pensar, portanto, na possibilidade de ver o ato de migrar como imanente a nossas próprias relações de liberdade e igualdade, ou ao menos na possibilidade de estabelecê-las. O migrante vê na tentativa da partida o propício movimento para o encontro com o desconhecido, e é no desconhecido que em geral ele encontra os discursos de igualdade e liberdade consentidas, impostas por uma determinada hegemonia e qualidade de vida que se “põe ao respeito com o espaço dos outros e do outro”, que não é seu.

Não é o ato de migrar a forma alienativa de reprodução das hegemonias de uma determinada classe, é primeiro, na percepção das ideologias no lugar deixado, no desejo do encontro e na liberdade consentida no lugar que está. É na impossibilidade de perceber o movimento do espaço e de si mesmo que ocorre a alienação (se é assim que podemos chamar). O respeito com o espaço do outro não é a restrição, faz parte da liberdade, onde a negociação e a identidade emanam, construindo, para Massey, o lugar, consciente e feito politicamente por nós.

Referências Bibliográficas

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. **Geografia de população**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1971.

BECKER, Olga Maria Schild. Aspectos teóricos da mobilidade espacial da população. **Explorações geográficas**. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (organizadores). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CARLOS. Ana Fani Alessandri. **Reflexões sobre o espaço geográfico**. Dissertação de mestrado submetida à USP. 1979.

DELEUZE, G; GUATTARI, F.. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol 1. Rio de Janeiro. Editora 34, 1995.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa:1977.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MASSEY, D. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. **Revista Expressões Geográficas**. Florianópolis: n. 3, 2007.

_____. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

PÓVOA NETO, H. A produção de um estigma: Nordeste e nordestinos no Brasil. **Travessia, nº 19**. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 1994.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1976.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão que arranha o céu: A lógica da reprodução monopolista da cidade**. Tese de doutorado. Presidente Prudente, 1991.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1991.

Recebido para publicação em janeiro de 2011
Aprovado para publicação em fevereiro de 2011